

Excelentíssimo Senhor  
Paulo Bernardo Silva  
Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão  
Brasília, DF  
Brasil

Ref.: ATN/OC-11874-BR. Cooperação Técnica  
Não-Reembolsável. Programa de Fortalecimento da  
Gestão por Resultados.

Excelentíssimo Senhor Ministro,

Esta carta-convênio (doravante denominada “Convênio”) entre a República Federativa do Brasil, por intermédio da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (doravante denominado “Beneficiário”) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (doravante denominado “Banco”), que submetemos à sua consideração, destina-se a formalizar os termos e as condições para a concessão de uma cooperação técnica não-reembolsável ao Beneficiário (doravante denominada “Cooperação Técnica”), para apoiá-lo na preparação do Programa de Fortalecimento da Gestão por Resultados (doravante denominado “Programa”). Os termos da Cooperação Técnica estão incluídos no Plano de Operações que está anexado à presente e é considerado parte integrante deste Convênio. Os aspectos principais da operação são os seguintes:

1. O montante dos fundos outorgados pelo Banco para a realização da Cooperação Técnica será de até US\$ 600.000,00 (seiscentos mil dólares dos Estados Unidos da América, ou seu equivalente em outras moedas conversíveis), que será desembolsado a débito dos recursos da subconta B do Programa de Implementação da Sustentabilidade Externa do Plano de Ação de Médio Prazo para a Eficácia no Desenvolvimento – PRODEV (doravante denominada “Contribuição”). A Contribuição é outorgada em caráter não-reembolsável.
2. O prazo para a execução do Programa será de 24 (vinte quatro) meses, contados a partir da data de entrada em vigência deste Convênio. O prazo para o desembolso dos recursos da Contribuição será de 30 (trinta) meses, contados a partir de tal data. Qualquer parte da Contribuição não utilizada dentro de tal prazo será cancelada. Os prazos indicados acima e outros estabelecidos neste Convênio só poderão ser prorrogados por razões justificadas e com o consentimento expresso e por escrito do Banco.

3. Em virtude deste Convênio, o Beneficiário acorda que o Banco utilizará os recursos da Contribuição exclusivamente para contratar e pagar diretamente os serviços de consultoria necessários para o cumprimento dos objetivos da Cooperação Técnica.
4. O Beneficiário compromete-se a colaborar com os consultores na realização de suas tarefas e a fornecer o apoio técnico, logístico e de secretaria necessário para o desenvolvimento da Cooperação Técnica. Além disso, o Beneficiário compromete-se a aprovar oportunamente os aportes exigidos (doravante denominados o “Aporte”), oriundos de operações sob sua responsabilidade e com execução direta pelo Banco, em complemento à Contribuição, para a completa e ininterrupta execução do Programa. O total do Aporte é estimado no equivalente a US\$ 60.000,00 (sessenta mil dólares dos Estados Unidos da América), completando o equivalente a US\$ 660.000,00 (seiscentos e sessenta mil dólares dos Estados Unidos da América), custo total estimado do Programa, sem que tais estimativas reduzam a obrigação do Beneficiário de aportar os recursos adicionais exigidos para a conclusão do Programa.
5. O financiamento dos serviços de consultoria indicados neste Convênio não implica, de forma alguma, um compromisso por parte do Banco de financiar total ou parcialmente o programa, projeto ou qualquer serviço que direta ou indiretamente possa resultar da execução da Cooperação Técnica. As opiniões dos consultores não comprometerão o Banco, que se reserva o direito de formular a respeito as observações ou salvaguardas que considerar apropriadas.

Nestes termos, solicito a V. Exa., como representante do Beneficiário, a aceitação do mesmo aos termos deste Convênio, mediante a assinatura e entrega de uma das vias originais desta carta à Representação do Banco em Brasília.

Este Convênio, depois de assinado em 2 (duas) vias de igual teor, por representantes devidamente autorizados, entrará em vigor na data da sua assinatura pelo Beneficiário.

Atenciosamente,

/a/

---

José Luis Lupo  
Representante do Banco no Brasil

DE ACORDO:

Secretaria de Gestão do Ministério do  
Planejamento, Orçamento e Gestão  
(SEGES)

/a/

---

Paulo Bernardo Silva  
Ministro de Estado do Planejamento,  
Orçamento e Gestão

Data: 29 de abril de 2010

DOCUMENTO DO BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

**PRODEV: Programa de Fortalecimento da Gestão por Resultados**

**BRASIL**

**(BR-T1142)**

**(ATN/OC-11874-BR)**

**PLANO DE OPERAÇÕES**

Este documento foi preparado pela equipe do Projeto integrada por: Ana Lúcia Dezolt (FMM/CBR), Chefe de Equipe; Gerardo Reyes Tagle (ICF/FMM); Fátima Cartaxo (FMM/CBR); Cynthia Colaiacovo (LEG/SGO); Roberto Senatore (Consultor); e Cristiane Vasconcelos (Assistente de Projeto).

## ÍNDICE

### RESUMO EXECUTIVO

I.	ANTECEDENTES E JUSTIFICATIVA .....	2
A.	Principais problemas.....	2
B.	Gestão por resultados no âmbito dos municípios .....	2
C.	Relação com as estratégias e experiência do Banco .....	3
D.	Relação com outros organismos e projetos .....	5
II.	DESCRIÇÃO DA OPERAÇÃO .....	5
A.	Objetivos e descrição .....	5
B.	Componentes .....	5
III.	CUSTO E FINANCIAMENTO .....	5
A.	Descrição, composição e fontes de financiamento .....	5
IV.	ÓRGÃO EXECUTOR E MECANISMOS DE EXECUÇÃO.....	6
A.	Órgão executor.....	6
B.	Mecanismos de execução .....	6
C.	Período de execução e desembolsos .....	6
V.	MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO.....	7
A.	Responsabilidade técnica.....	7
VI.	BENEFÍCIOS E RISCOS.....	7
A.	Benefícios do programa e impacto no desenvolvimento .....	7
B.	Beneficiários .....	7
C.	Riscos.....	7
VII.	ASPECTOS SOCIAIS E AMBIENTAIS .....	7
VIII.	ASPECTOS ESPECIAIS .....	7
IX.	PLANO DE AÇÃO .....	8
X.	APROVAÇÃO .....	8

**ANEXOS**

ANEXO I	Marco de Resultados
ANEXO II	Orçamento Detalhado

**APÊNDICES**

APÊNDICE I	Diagnóstico Mapeamento Processos Atuais ( <a href="#">IDBDocs Link</a> )
APÊNDICE II	Relatório de Redesenho dos Processos Atuais ( <a href="#">IDBDocs Link</a> )
APÊNDICE III	Termos de Referência para Contratação de Consultoria (Componente 1) ( <a href="#">IDBDocs Link</a> )
APÊNDICE IV	Termos de Referência para Contratação de Consultoria (Componente 2) ( <a href="#">IDBDocs Link</a> )
APÊNDICE V	Avaliação Independente do Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros (PNAFM) ( <a href="#">IDBDocs Link</a> )

**DADOS BÁSICOS SOCIOECONÓMICOS**

Os dados básicos socioeconômicos, incluindo informação sobre a dívida pública, se encontram disponíveis na seguinte página *Web*:

[http://www.iadb.org/countries/home.cfm?id\\_country=BR&Language=Spanish](http://www.iadb.org/countries/home.cfm?id_country=BR&Language=Spanish)

**SIGLAS E ABREVIATURAS**

CT	Cooperação Técnica
€	EUROS
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – governo brasileiro
COFIEEX	Comissão de Financiamentos Externos
INTERLEGIS	Programa Rede de Integração e Participação Legislativa (1123/OC-BR)
MP	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
OFIDs	Organismos Financeiros Internacionais de Desenvolvimento
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PMAT	Programa de Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores Sociais Básicos
PNAFM	Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros (BR-0286 - 1194/OC-BR)
PROCIDADES	Programa do BID de Financiamento a Municípios Brasileiros (BR-L1043)
PRODEV	Programa de Implementação do Pilar Externo do Plano de Ação a Médio Prazo para Efetividade em Desenvolvimento
Projeto Brasil Municípios	Projeto Reforço da Capacidade Institucional em Municípios Seleccionados para a Redução da Pobreza (BR-X1003 - ATN/EF-10323-BR)
PROMOEX	Programa de Modernização do Controle Externo de Estados e Municípios (BR-0403 - 1628/OC-BR)
SEAIN	Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
SEGES	Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
UGP	Unidade Gestora do Projeto Brasil Municípios

## BRASIL

### PRODEV: PROGRAMA DE FORTALECIMENTO DA GESTÃO POR RESULTADOS (BR-T1142)

#### RESUMO EXECUTIVO

<b>País:</b>	Brasil	
<b>Equipe de trabalho:</b>	Ana Lúcia Dezolt (FMM/CBR), Chefe de Equipe; Gerardo Reyes Tagle (ICF/FMM); Fátima Cartaxo (FMM/CBR); Roberto Senatore (Consultor); Betty Grosskopf (Consultora); e Cristiane Vasconcelos (Assistente de Projeto).	
<b>Órgão executor:</b>	Representação do BID no Brasil	
<b>Beneficiário direto:</b>	República Federativa do Brasil – Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SEGES/MP)	
<b>Financiamento:</b>	BID (PRODEV Conta B Nacional)	US\$600.000
	Local (contrapartida financeira)	US\$ 60.000
	<b>Total</b>	<b>US\$660.000</b>
<b>Objetivos:</b>	O objetivo geral da Cooperação Técnica é: (i) apoiar o fortalecimento da capacidade institucional da SEAIN para melhoria do processo de identificação de projetos e de avaliação e acompanhamento de projetos e políticas dos Organismos Financeiros Internacionais de Desenvolvimento (OFIDs); e (ii) contribuir para o aperfeiçoamento da gestão por resultados de administrações municipais por intermédio do intercâmbio de experiências e da cooperação intergovernamental e intermunicipal e do compartilhamento de soluções com base em boas práticas.	
<b>Prazos:</b>	Execução:	24 meses
	Desembolso:	30 meses
<b>Condições especiais contratuais :</b>	Nenhuma.	
<b>Exceções as políticas do Banco:</b>	Nenhuma.	
<b>Revisão social e ambiental:</b>	O Comitê de meio ambiente e impacto social em sua reunião de 30 de setembro de 2009, não recomendou nenhuma ação futura, pois esta operação não ocasionará impactos sociais e ambientais negativos diretos (Classificação “C” política de Salvaguardas).	
<b>Coordenação com outras agências:</b>	O projeto foi preparado e será executado em articulação e coordenação com a União Européia que financia o Projeto Brasil Municípios (ATN/EF-10323-BR).	



## **I. ANTECEDENTES E JUSTIFICATIVA**

### **A. Principais problemas**

- 1.1 No Brasil, a Secretaria de Assuntos Internacionais, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SEAIN/MP) tem a competência de identificar e selecionar projetos nacionais e subnacionais, coordenando seu processo de avaliação, preparação e contratação com organismos multilaterais e agências bilaterais.
- 1.2 A SEAIN é responsável, também, pelo acompanhamento da execução dos projetos, devendo avaliar impactos e recomendar medidas que permitam melhorar o desempenho das operações. A SEAIN tem atualmente uma carteira de 542 projetos de investimentos com Organismos Financeiros Internacionais de Desenvolvimento (OFIDs), cujo montante total representa cerca de US\$44,7 bilhões<sup>1</sup>. Estes projetos formam o universo dos que deveriam ser objeto de um processo estruturado de monitoramento e avaliação pela SEAIN.
- 1.3 Destaca-se que dessa carteira, 110 projetos, totalizando cerca de US\$2,9 bilhões<sup>2</sup>, são operações de empréstimo contratadas ou a serem contratadas diretamente pelos municípios. Nestes dados não estão incluídos os projetos da esfera federal que possuem componentes executados de forma descentralizada nos municípios.
- 1.4 Para melhor desempenhar suas atribuições e funções, a SEAIN elaborou, em 2007, com apoio do BID, um diagnóstico e proposta de redesenho de seus fluxos e rotinas de trabalho. Esta proposta tem o objetivo de melhor atender as necessidades de orientação e apoio dos beneficiários, em especial dos municípios, realizando o levantamento dos seus processos operacionais e funcionais e propondo alternativas para sua reestruturação (Apêndice I e II).
- 1.5 No âmbito do referido diagnóstico, identificou-se que o processo de elaboração de solicitações de financiamento (carta-consulta) é realizado de forma pouco eficaz, principalmente pela existência de sistemas informatizados com funcionalidades e finalidades concorrentes. Isto acarreta problemas com a gestão documental, tais como duplicidade de dados, perdas de informações e falhas de comunicação.

### **B. Gestão por resultados no âmbito dos municípios**

- 1.6 Apesar do processo de modernização da economia brasileira nos últimos 30 anos e do aumento dos gastos públicos sociais, os índices de pobreza, desigualdade e exclusão social são persistentes no Brasil. A explicação desse fenômeno é que as políticas de combate à pobreza, desigualdade e exclusão social exibem baixa efetividade em sua implementação, devido a problemas de gestão, especialmente nos níveis subnacionais de governo.
- 1.7 A falta de pessoal qualificado nos quadros municipais para gerenciar os projetos de desenvolvimento e os programas sociais, é um dos fatores responsável pela sua

<sup>1</sup> Desse montante total, US\$ 20,2 bilhões correspondem a operações com o BID, relativos a 236 projetos.

<sup>2</sup> Desse universo, correspondem a financiamentos com recursos do BID US\$ 2,0 bilhões, destinados a 60 municípios.

- baixa capacidade institucional. Isto é agravado pela ausência de uma estratégia para seu fortalecimento, através de assistência técnica e capacitação para a melhoria de gestão, o que pode ser verificado na avaliação independente realizada pelo Banco no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros (PNAFM – 1194/OC-BR) constante do Apêndice V.
- 1.8 Criada no contexto da reorganização do Ministério do Planejamento e Gestão, a Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SEGES) tem a missão de orientar a ação dos órgãos governamentais voltada para obtenção e avaliação de resultados, de forma a melhorar os serviços prestados aos cidadãos empregando as melhores práticas de gestão. Nesse sentido, a essência do trabalho da Secretaria de Gestão, estudar, desenhar, implementar e avaliar essas práticas, concentrando a competência técnica para lidar com as temáticas acima descritas.
  - 1.9 A federação brasileira é complexa, com grande diversidade territorial, heterogeneidade sócio-econômica e status federativo equivalente entre União, estados e municípios. O PRODEV reconhece que, em razão da estrutura federativa e descentralizada do Brasil para o aperfeiçoamento da efetividade das políticas públicas e de seu impacto nas metas de desenvolvimento, é necessário o fortalecimento da gestão por resultados nos três níveis de governo.
  - 1.10 Face à necessidade de incorporação dos entes sub-nacionais a processos de transformação, o governo brasileiro tem investido em programas que direta ou indiretamente beneficiam os municípios brasileiros, tais como: o Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros (PNAFM), orientado para a promoção de melhorias da esfera fazendária municipal; o Programa de Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores Sociais Básicos (PMAT), do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para apoiar a modernização da administração tributária e a melhoria da qualidade dos gastos públicos; o Programa PROCIDADES (BR-L1043), voltado para necessidades gerais de investimento da administração local; o Programa Rede de Integração e Participação Legislativa (INTERLEGIS-1123/OC-BR), de apoio ao desenvolvimento do Poder Legislativo no Brasil e o Programa de Modernização do Controle Externo de Estados e Municípios (PROMOEX – 1628/OC-BR), que fortalece o controle externo dos municípios.
- C. Relação com as estratégias e experiência do Banco**
- 1.11 A particular atenção da presente Cooperação Técnica (CT) é coerente com a estratégia país, que têm como prioridades investimentos na área da reforma do estado e nos entes sub-nacionais. O projeto é também coerente com o rumo que toma a composição da carteira de operações do banco, incrementando o número de empréstimos que beneficiam a esfera municipal. A participação dos estados e municípios também é crescente, seja como beneficiários seja como co-executores de programas federais. Por outro lado, o programa operativo proposto na estratégia país 2004-2007, mostra uma concentração maior (75% das operações

- com o setor público) de mutuários ou executores estaduais e municipais, demonstrando a importância para o país e para o Banco em ter atenção especial à capacidade destas instâncias na gestão por resultados.
- 1.12 O governo brasileiro, muitas vezes com o apoio do BID, implementa vários programas que contam, total ou parcialmente, com recursos destinados ao fortalecimento institucional dos municípios como mencionado anteriormente. No âmbito do PRODEV, o Brasil firmou em 2007 o primeiro acordo de cooperação técnica com o Banco, tendo o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) como executor (ATN/OC-9736-BR). O Programa foi concebido com a finalidade de realizar um mapeamento e diagnóstico das necessidades, nos três níveis de governo, para que haja uma maior efetividade das políticas e programas de investimento. O objetivo de identificar as dificuldades dos municípios para execução de projetos, a partir das fragilidades em sua capacidade de gestão, faz que a coordenação da SEGES promova a convergência destes projetos, otimizando assim o uso dos recursos técnicos e financeiros, maximizando seus resultados.
  - 1.13 Para o governo federal, os programas de cooperação técnica internacional cuja aderência a esses objetivos é mais imediata são os Projeto de Estratégia e Plano de Ação para a Efetividade do Desenvolvimento (ATN/OC-9736-BR-PRODEV) e o Projeto de Reforço da Capacidade Institucional em Municípios Seleccionados para a Redução da Pobreza (Projeto Brasil Municípios - BR-X1003 - ATN/EF-10323-BR).
  - 1.14 O Projeto Brasil Municípios, no montante de €7.500.000,00, tem por objetivo aperfeiçoar as capacidades das administrações municipais, especialmente aquelas localizadas nas regiões menos desenvolvidas do Norte e Nordeste do país, para o planejamento, a gestão, o monitoramento e a avaliação, com foco em resultados, das políticas públicas e dos programas e projetos governamentais implementados em âmbito municipal. Para isto promove ações de desenvolvimento da capacidade institucional e da promoção de parcerias intermunicipais.
  - 1.15 Este projeto é executado diretamente pela Representação do BID no Brasil que, em conjunto com a SEGES e a União Européia, são responsáveis por sua direção técnica e estratégica. Atende aos municípios da Região Norte e Nordeste do País, aos municípios do Programa PROCIDADES e a outros beneficiados por projetos do governo federal, em especial no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), onde se definiu as prioridades do governo federal nos setores de infraestrutura.
  - 1.16 Por ocasião da elaboração do Projeto Brasil Municípios, e em decorrência da afinidade de seus objetivos aos do PRODEV, previu-se em sua composição orçamentária a associação de recursos do PRODEV aos do Fundo Europeu, unindo esforços para o alcance de metas comuns voltadas ao fortalecimento da gestão municipal, objetivo da presente proposta de Cooperação Técnica.

#### **D. Relação com outros organismos e projetos**

- 1.17 Este projeto será implementado em articulação com o Projeto Brasil Municípios, que é objeto de financiamento da União Européia e que está sendo implementado pelo BID.

### **II. DESCRIÇÃO DA OPERAÇÃO**

#### **A. Objetivos e descrição**

- 2.1 O projeto tem como objetivos gerais: (i) apoiar o fortalecimento da capacidade institucional da SEAIN para melhoria do processo de identificação de projetos e de avaliação e acompanhamento de projetos e políticas dos OFIDs; e (ii) contribuir para o aperfeiçoamento da gestão por resultados de administrações municipais por intermédio de intercâmbio de experiências e da cooperação intergovernamental e intermunicipal e do compartilhamento de soluções com base em boas práticas.
- 2.2 O Projeto possui dois componentes e atendem aos objetivos da Carta Acordo do PRODEV firmada entre o governo brasileiro e o Banco em 08 de abril de 2005.

#### **B. Componentes**

- 2.3 **Componente 1 - Monitoramento e avaliação dos resultados das operações de financiamentos externos (US\$360 mil) – PRODEV-B-Nacional.** O objetivo deste componente é fortalecer a capacidade da SEAIN no processo de monitoramento e avaliação de projetos e políticas com OFIDs, inclusive aqueles contratados por entes municipais. Para tanto serão implementadas as seguintes atividades: (i) racionalização dos processos de trabalho no ciclo de projetos da SEAIN, com foco em resultados; (ii) redesenho e atualização dos instrumentos de divulgação e de orientação para obtenção de financiamento externo; e (iii) sistematização do processo de análise de pleitos de financiamento externo.
- 2.4 **Componente 2. Boas práticas de gestão por resultados no âmbito municipal (US\$300 mil).** O objetivo deste componente é apoiar e replicar ações de boas práticas de gestão por resultados de interesse municipal, por intermédio das seguintes atividades: (i) realização de estudos; (ii) desenvolvimento de experiências em associativismo e parcerias; (iii) formação de redes de monitoramento e intercâmbio de experiências; e (iv) cooperação intergovernamental e intermunicipal para compartilhamento de soluções.

### **III. CUSTO E FINANCIAMENTO**

#### **A. Descrição, composição e fontes de financiamento**

- 3.1 O orçamento estimado desta Operação é de US\$660.000, dos quais US\$600.000, são provenientes da Conta “B” Nacional do PRODEV e US\$60.000 de contrapartida local financeira. O aporte do Banco financiará a contratação de consultores individuais e/ou firmas consultoras, assim como, a realização de seminários e eventos de intercâmbio de experiências e publicações de estudos. O orçamento detalhado encontra-se no Anexo II.

- 3.2 A contrapartida local será de responsabilidade da SEGES, oriunda dos projetos com objetivos afins a este, ora em execução e sob sua responsabilidade, e de recursos humanos destacados para a coordenação das ações previstas neste Projeto. A seguir, a alocação de recursos nos dois componentes previstos no Projeto:

**Quadro 1.1: Orçamento Consolidado (em US\$)**

<b>Atividades/Categorias de gasto</b>	<b>BID</b>	<b>Local</b>	<b>Total</b>
<b>Componente 1:</b> Monitoramento e avaliação dos resultados das operações de financiamentos externos	360.000		360.000
<b>Componente 2.</b> Boas práticas de gestão por resultados no âmbito municipal	240.000	60.000	300.000
<b>TOTAL</b>	<b>600.000</b>	<b>60.000</b>	<b>660.000</b>

#### **IV. ÓRGÃO EXECUTOR E MECANISMOS DE EXECUÇÃO**

##### **A. Órgão executor**

- 4.1 A Representação do BID no Brasil será a executora dos recursos da contribuição do BID, por intermédio da Unidade Gestora do Projeto Brasil Municípios (UGP) (ATN/EF-10323-BR), já constituída. Integram a UGP: um coordenador geral, um sub-coordenador administrativo-financeiro, um assistente administrativo-financeiro, e três consultores temáticos.

##### **B. Mecanismos de execução**

- 4.2 O Banco será responsável pela execução técnica e operacional do projeto, em estreita colaboração com a SEGES. Para tanto, o BID assumirá as seguintes atribuições: (i) coordenar e monitorar a execução das atividades contratadas, assim como ordenar os pagamentos, avaliar o progresso das ações desenvolvidas e, caso necessário, aplicar medidas corretivas; (ii) realizar os processos de seleção de consultores e contratação de serviços especializados a serem financiados com os recursos do projeto, de acordo com as normas e procedimentos do Banco; (iii) manter os registros contratuais, orçamentários, contábeis e financeiros, os quais constituem na documentação de suporte para a elaboração dos estados financeiros da operação; e (iv) preparar os documentos e relatórios técnicos necessários, tais como termos de referência, relatórios de progresso e inclusive, o relatório de encerramento do projeto.
- 4.3 Caberá a SEGES: (i) prover a orientação estratégica na formulação e implementação das atividades do Projeto, bem como efetuar sua articulação com as demais políticas públicas e iniciativas governamentais; (ii) coordenar as atividades do projeto no âmbito do MP; e (iii) prover a contrapartida nacional do Projeto.

##### **C. Período de execução e desembolsos**

- 4.4 A operação será executada em 24 meses a partir de sua data de aprovação. O prazo para o último desembolso será de 30 meses, contados a partir da data de aprovação desta operação.

## V. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

### A. Responsabilidade técnica

- 5.1 A responsabilidade técnica desta CT será da Divisão de Gestão Fiscal e Municipal (ICF/FMM) no Banco. Ana Lúcia Dezolt será a especialista responsável pela mesma ([anapa@iadb.org](mailto:anapa@iadb.org), telefone (5561) 3317-4256), com o suporte técnico do PRODEV e do Projeto Brasil Municípios.
- 5.2. A especialista do Banco encarregada, com o apoio da UGP do Projeto Brasil Municípios, realizará o monitoramento e aceitação dos produtos planejados, bem como o cumprimento das metas propostas em relação à linha de base, conforme estabelecido no marco de resultados desta operação, constante do Anexo II.

## VI. BENEFÍCIOS E RISCOS

### A. Benefícios do programa e impacto no desenvolvimento

- 6.1 O impacto no desenvolvimento esperado pela implementação do projeto é o de contribuir para fortalecer as capacidades institucionais de instância federal e municipais, gerando ferramentas necessárias para o alcance de melhorias na gestão de projetos e programas de políticas públicas.

### B. Beneficiários

- 6.2 Os beneficiários diretos do projeto são: (i) a SEGES e a SEAIN, que passarão a contar com nova sistemática de gestão, os mutuários e beneficiários de projetos oriundos de fonte externa; e (ii) os municípios que venham a participar das atividades de fortalecimento institucional, em vista dos efeitos positivos na sua capacidade gestão interna e de prestação de serviços públicos aos seus cidadãos.

### C. Riscos

- 6.3 Dois riscos poderiam estar associados ao projeto: (i) dificuldade na execução da proposta; e (ii) perda de interesse dos beneficiados. Ambos riscos tendem a ser minimizados pelo fato de que será o próprio BID, por intermédio de sua Representação no Brasil, que implementará o projeto pelo qual os municípios tem demonstrado grande interesse em participar. Adicionalmente, a SEAIN, órgão de enlace do governo brasileiro junto ao BID, tem demonstrado grande interesse pelo projeto para o melhor cumprimento de sua missão institucional.

## VII. ASPECTOS SOCIAIS E AMBIENTAIS

- 7.1 Pela natureza das atividades a serem financiadas, o projeto não tem impactos negativos sociais ou ambientais, e deverá, ainda, ter um impacto indireto positivo na área social, já que contribuirá para melhorar a qualidade da gestão municipal e assim elevar o impacto das políticas públicas. Esta cooperação técnica foi classificada como categoria “C” e não produziu nenhuma diretriz de políticas.

## VIII. ASPECTOS ESPECIAIS

- 8.1 **Diagnóstico do governo federal** - No que tange à capacidade de gestão por resultados do governo federal, há que se mencionar o diagnóstico realizado em

dezembro/2007, para estabelecimento da linha de base da gestão por resultados no País, promovido pelo BID com apoio da Direção Nacional do PRODEV.

- 8.2 Esse diagnóstico serviu para identificar o estágio em que o País se encontra nas dimensões avaliadas, constituindo-se em parâmetro indireto para medição dos impactos do PRODEV. O relatório final dessa atividade foi finalizado pela equipe de consultores do BID e validado pelas autoridades do governo brasileiro.

## IX. PLANO DE AÇÃO

- 9.1 As consultorias planejadas serão contratadas ao final do quarto trimestre de 2009. Os respectivos Termos de Referência encontram-se preparados e se prevê o início dos desembolsos antes de finalizar 2009.

## X. CERTIFICAÇÃO

- 10.1 A Unidade de Gestão de Doações e Cofinanciamento (VPC/GCM) certifica que o montante de US\$600,000 proveniente da sub-conta B do PRODEV está disponível para o financiamento das atividades propostas neste documento de projeto.

/a/

3 Nov 2009

Marguerite S. Berger  
Chefe

## Data

Unidade de Gestão de Doações e Cofinanciamento  
VPC/GCM

## XI. APROVAÇÃO

Aprovado: /a/

5 Nov 2009

Vicente Fretes Cibils, Chefe ICF/FMM

## Data

VoBo: /a/

4 Nov 2009

José Luis Lupo, Representante CSC/CBR

## Data

**MARCO DE RESULTADOS**

<b>Objetivo do Projeto</b>	(i) apoiar o fortalecimento da capacidade institucional da SEAIN para melhoria do processo de identificação de projetos e de avaliação e acompanhamento de projetos e políticas dos OFIDs; e (ii) contribuir para o aperfeiçoamento da gestão por resultados de administrações municipais por intermédio de intercâmbio de experiências e da cooperação intergovernamental e intermunicipal e do compartilhamento de soluções sobre boas práticas.				
<b>Resultados</b>	<b>Linha de Base</b>	<b>Ano 1</b>	<b>Ano 2</b>	<b>Meta</b>	<b>Observação</b>
<b>I. COMPONENTE I: Monitoramento e avaliação dos resultados das Operações de financiamentos externos</b>					
<b>Desenvolvimento e Implementação de Sistema Informático; Atualização do Manual da COFIEX e do Modelo de Carta-Consulta Elaboração de Manual Técnico de Avaliação de Pleitos de Financiamentos Externos</b>					
<b>Produtos:</b>					
Sistema Informático desenvolvido e implementado na SEAIN/MP.	0		1	1	
Manual da COFIEX atualizado.	Manual da COFIEX, 1996	1		1	
Instrumentos de interação com OFIDS desenvolvido.	0	1		1	
Manual de Avaliação de pleitos elaborado.	0	1		1	
Equipe técnica da SEAIN treinada na metodologia de avaliação de pleitos.	40 técnicos	40		100%	
<b>Resultados</b>					
Tomada de decisões e monitoramento sendo realizadas com base em informações gerenciais estruturadas disponibilizadas em tempo real.	0		100%	100%	



II. COMPONENTE II: Boas Práticas de Gestão por Resultado					
Apoiar e replicar ações de boas práticas de gestão por resultados de interesse na melhoria da gestão municipal					
Resultados	Linha de Base	Ano 1	Ano 2	Meta	Observação
<b>Produtos</b>					
Estudo(s) sobre experiências de boas práticas em gestão por resultado elaborado(s).	2	1	1	4	Linha de Base leva em consideração ações desenvolvidas pelo Projeto Brasil Municípios.
Difusão de experiências de boas práticas de gestão por resultados, por meio da realização de eventos / seminários / fórum de debates.	1	1	1	3	Linha de Base leva em consideração ações desenvolvidas pelo Projeto Brasil Municípios.
Difusão de experiências de boas práticas de gestão por resultados, por meio da publicação dos estudos.	1		1	2	Linha de Base leva em consideração ações desenvolvidas pelo Projeto Brasil Municípios.
<b>Resultados</b>					
Municípios engajados na aplicação de uma ou mais práticas de gestão municipal de sucesso estudadas e disponibilizadas.	62		20%	20%	Linha de Base leva em consideração Universo dos Municípios Selecionados do Projeto Brasil Municípios, nas regiões Norte e Nordeste.

ORÇAMENTO CONSOLIDADO

Atividades/Categorias de Gasto	BID (em US\$)	Local (em US\$)	Total (em US\$)
<b>Componente 1</b> – Monitoramento e avaliação dos resultados das Operações de financiamentos externos	<b>360.000,00</b>		<b>360.000,00</b>
<b>Atividade 1.1:</b> Desenvolvimento e Implementação de Sistema Informático	332.000,00		332.000,00
Serviços de Consultoria	332.000,00		332.000,00
<b>Atividade 1.2:</b> Atualização do Manual da COFIEEX, do Modelo da Carta-Consulta e Elaboração de Manual Técnico de Avaliação de Pleitos de Financiamentos Externos	28.000,00		28.000,00
Consultor Individual (US\$7.000 x 4 meses)	28.000,00		28.000,00
<b>Componente 2.</b> Boas Práticas de Gestão por Resultados no Âmbito Municipal	<b>240.000,00</b>	<b>60.000,00</b>	<b>300.000,00</b>
<b>Atividade 2.1:</b> Incentivo a boas práticas de gestão municipal	240.000,00	60.000,00	300.000,00
Consultor Individual (3 Cons. x US\$5,800 X 10 meses)	135.000,00	40.000,00	175.000,00
Deslocamentos	45.000,00		45.000,00
Eventos (6 eventos x US\$10.000)	60.000,00		60.000,00
Publicação de estudos (4 publicações x US\$5.000)		20.000,00	20.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>600.000,00</b>	<b>60.000,00</b>	<b>660.000,00</b>